

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2024

DENOMINAÇÃO ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE HUMANITÁRIA
DE CANELAS

MORADA Rua Delfim de Lima

N. 1875 ANDAR LOCALIDADE Canelas

FREGUESIA Canelas

CONCELHO Vila Nova de Gaia

COD. POSTAL 4410-227

EM ____ / ____ / ____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Canelas , ____

Canelas , ____

ASSINATURAS

Carla Leite Dias
Maurício Oliveira Dias
Alexandre Mota
Ana Margarida
Carla Alves

ASSINATURA DO PRESIDENTE

João - B

João - B

ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITARIA CANELAS
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte : 503006084
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2024	31-dez-2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	359 157,73	374 701,06
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	1 846,94	1 846,94
		361 004,67	376 548,00
Ativo corrente			
Inventários	7	411,65	53,85
Créditos a receber	12.3	66 052,41	104 847,80
Estado e outros entes públicos	12.9	1 313,57	1 955,53
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membro	12.2	16 046,25	13 225,25
Diferimentos	12.5	4 957,19	3 179,10
Outros ativos correntes	12.4	8 001,40	22 041,23
Caixa e depósitos bancários	12.6	31 273,17	29 014,81
		128 055,64	174 317,57
Total do ativo		489 060,31	550 865,57
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	12.7	39 732,11	39 732,11
Resultados transitados	12.7	-12 838,12	18 859,04
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.7	329 128,49	351 838,75
		356 022,48	410 429,90
Resultado líquido do período		-6 192,19	-31 697,16
Total dos fundos patrimoniais		349 830,29	378 732,74
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	0,00	5 531,95
		0,00	5 531,95
Passivo corrente			
Fornecedores	12.8	30 024,23	55 333,25
Estado e outros entes públicos	12.9	7 351,49	9 585,63
Financiamentos obtidos	6	425,53	0,00
Diferimentos	12.5	0,00	989,23
Outros passivos correntes	12.10	101 428,77	100 692,77
		139 230,02	166 600,88
Total do passivo		139 230,02	172 132,83
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		489 060,31	550 865,57

A Direção

O Contabilista Certificado

Carla Tóth
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

[Signature]

ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITARIA CANELAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte : 503006084

Moeda : euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 024	2 023
Vendas e serviços prestados	8	610 933,11	564 424,60
Subsídios, doações e legados à exploração	12.11	28 126,95	30 338,34
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-7 371,46	-6 792,80
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-427 184,35	-393 479,67
Gastos com o pessoal	10	-204 028,68	-220 380,38
Outros rendimentos	12.13	18 753,77	17 488,68
Outros gastos	12.14	-911,79	-1 430,43
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e		18 317,55	-9 831,66
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-24 399,33	-21 552,05
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e		-6 081,78	-31 383,71
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	60,83	38,04
Juros e gastos similares suportados	12.15	-171,24	-351,49
Resultados antes de impostos		-6 192,19	-31 697,16
Resultado líquido do período		-6 192,19	-31 697,16

A Direção

O Contabilista Certificado

Carla Gomes da
Luis
Antz
João Pereira
Luis
Luis
Luis

João Pereira

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro Dia	Centro Convívio	Transporte Doentes	Medicina Física e Reabilitação	PERÍODOS	
						2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	131 714,47	17 658,59	109 797,73	351 762,32	610 933,11	564 424,60
Custo das vendas e dos serviços prestados	7/10	-98 248,47	-11 144,35	-117 644,62	-318 096,88	-545 134,32	-533 602,36
Resultado Bruto		33 466,00	6 514,24	-7 846,89	33 665,44	65 798,79	30 822,24
Outros Rendimentos	12.11/12.13/12.15	22 834,65	3 191,69	20 915,21	0,00	46 941,55	47 865,06
Gastos administrativos	4/5/12.12	-63 960,81	-8 909,77	-44 978,92	0,00	-117 849,50	-108 602,54
Outros Gastos	12.14	-198,68	-27,66	-135,45	-550,00	-911,79	-1 430,43
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7 858,84	768,50	-32 046,05	33 115,44	-6 020,95	-31 345,67
Gastos de financiamento (líquidos)	12.15	-85,65	-12,00	-73,59	0,00	-171,24	-351,49
Resultado antes de impostos		-7 944,49	756,50	-32 119,64	33 115,44	-6 192,19	-31 697,16
Resultado líquido do período		-7 944,49	756,50	-32 119,64	33 115,44	-6 192,19	-31 697,16

ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITARIA CANELAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		540 483,26	423 107,01
Pagamentos a fornecedores		-479 320,79	-324 866,50
Pagamentos ao pessoal		-141 142,31	-153 852,80
Caixa gerada pelas operações		-79 979,84	-55 612,29
Outros recebimentos/pagamentos		69 211,73	70 295,92
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-10 768,11	14 683,63
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1 811,80	-23 266,93
Investimentos financeiros		0,00	-189,41
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		60,83	38,04
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1 750,97	-23 418,30
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		20 055,10	24 188,47
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-5 106,42	-5 106,39
Juros e gastos similares		-171,24	-351,49
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		14 777,44	18 730,59
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2 258,36	9 995,92
Caixa e seus equivalentes no início do período		29 014,81	19 018,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.6	31 273,17	29 014,81

A Direção

O Contabilista Certificado

Carla Pereira
10/12/24
Assente
Carla Pereira
Carla Pereira
Carla Pereira
Carla Pereira

Carla Pereira

ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITÁRIA DE CANELAS

Anexo
Demonstrações Financeiras
2024

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	12
6	Custos de Empréstimos Obtidos	12
7	Inventários	12
8	Rédito	13
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
10	Benefícios dos empregados	14
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
12	Outras Informações	15
12.1	Investimentos Financeiros	15
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	15
12.3	Créditos a receber	15
12.4	Outros ativos correntes	16
12.5	Diferimentos	16
12.6	Caixa e Depósitos Bancários	16
12.7	Fundos Patrimoniais	16
12.8	Fornecedores	17
12.9	Estado e Outros Entes Públicos	17
12.10	Outros passivos correntes	17
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	17
12.12	Fornecimentos e serviços externos	18
12.13	Outros rendimentos	18
12.14	Outros gastos	18
12.15	Resultados Financeiros	18
12.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	19
12.17	Acontecimentos após data de Balanço	19

1 Identificação da Entidade

A “ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITÁRIA DE CANELAS” é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República n.º 58, Série III de 10/03/1993, com sede em Rua Delfim Lima, n.º 1875, Canelas – Vila Nova de Gaia.

Tem os seguintes objetivos:

- Promoção e proteção social e o desenvolvimento das populações procurando acorrer aos setores mais vulneráveis, crianças e jovens, deficientes e idosos;
- Prestar apoio domiciliário a doentes ou feridos incluindo o transporte a clínicas ou centros hospitalares;
- Promover a proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A CNC – Comissão de Normalização Contabilística divulgou uma orientação técnica relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação típicos entre o Estado e as entidades do setor não lucrativo, pelo que passam a ser refletidas na rubrica “Prestações de Serviços”, com aplicação retrospectiva.

A CNC – Comissão de Normalização Contabilística divulgou uma orientação técnica relativamente ao enquadramento dos juros credores na Demonstração de Resultados por Natureza. Assim, os juros recebidos são transferidos da rubrica “Outros rendimentos” para “Juros e outros rendimentos similares obtidos”, com aplicação retrospectiva.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Edificações ligeiras	6
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4
Outros ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.5 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de contrato de seguro exceto se o contrato resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais relacionados com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos ObtidosEmpréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2023	Adições	Abate	Transferência	31-12-2024
Edifícios	555.831,78				555.831,78
Edificações Ligeiras	24.274,94			49.511,90	73.786,84
Equipamento Básico	66.993,30				66.993,30
Equipamento de Transporte	252.043,90		40.352,75		211.691,15
Equipamento Administrativo	22.332,43				22.332,43
Equipamento Informático	3.024,88				3.024,88
Ferramentas e Utensílios	9.218,66				9.218,66
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.371,78				2.371,78
Ativo Fixo Tangível Bruto	936.091,67	0,00	40.352,75	49.511,90	945.250,82
Investimentos em Curso	40.655,90	8.856,00		49.511,90	0,00
Investimentos em Curso	40.655,90	8.856,00	0,00	49.511,90	0,00
Depreciações Acumuladas					
Edifícios	239.507,89	11.116,64			250.624,53
Edificações Ligeiras	24.274,94	4.126,00			28.400,94
Equipamento Básico	59.461,48	1.985,82			61.447,30
Equipamento de Transporte	241.854,45	7.170,87	40.352,75		208.672,57
Equipamento Administrativo	22.332,43				22.332,43
Equipamento Informático	3.024,88				3.024,88
Ferramentas e Utensílios	9.218,66				9.218,66
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.371,78				2.371,78
Depreciações Acumuladas	602.046,51	24.399,33	40.352,75	0,00	586.093,09
Ativo Fixo Tangível Líquido	374.701,06	-15.543,33	0,00	0,00	359.157,73

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2023	Adições	Abate	Transferência	31-12-2024
Programas de computador	1.707,37				1.707,37
Ativo Intangível Bruto	1.707,37	0,00	0,00	0,00	1.707,37
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	1.707,37				1.707,37
Depreciações Acumuladas	1.707,37	0,00	0,00	0,00	1.707,37
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2024			2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	425,53	0,00	425,53	0,00	5.531,95	5.531,95
Total	425,53	0,00	425,53	0,00	5.531,95	5.531,95

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2023				2024		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	283,43	6.563,22	0,00	53,85	7.729,26	0,00	411,65
Total	283,43	6.563,22	0,00	53,85	7.729,26	0,00	411,65
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				6.792,80			7.371,46

8 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Prestação de Serviços	610.933,11	564.424,60
Quotas de utilizadores	58.836,72	61.710,22
Quotas e joias	44.913,60	30.410,00
Rendimentos de patrocinadores – Outdoors	0,00	1.151,61
Transporte Doentes	90.484,88	90.716,96
Medicina Física e Reabilitação - Fisioterapia	351.762,32	319.101,54
Serviços Sociais – Bar	5.016,90	5.859,90
ISS, IP – Acordos Cooperação	59.918,69	55.474,37
Outros Rendimentos	1.150,00	35,00
Rendimentos suplementares	1.150,00	35,00
Outros Réditos	60,83	38,04
Juros e rendimentos aplicações financeiras	60,83	38,04
Total	612.143,94	564.497,64

Ver nota 3.

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	31-12-2024			31-12-2023		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	59.918,69	0,00	0,00	55.474,37
C M Vila Nova Gaia	Não reembolsável	0,00	0,00	7.635,42	0,00	0,00	0,00
J F Canelas	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00
FSS (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	37.709,22	0,00	1.396,63	39.105,85	0,00	1.396,63
C M Vila Nova Gaia (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	188.545,61	0,00	6.983,17	195.528,78	0,00	6.983,17
C M Vila Nova Gaia (Ativos Fixos Tangíveis – Plataforma Elevatória)	Não reembolsável	45.385,90	0,00	9.261,42	54.647,32	0,00	0,00
C M Vila Nova Gaia (Ativos Fixos Tangíveis – Viatura)	Não reembolsável	0,00	0,00	3.750,00	3.750,00	0,00	5.000,00
NORTE 2020 (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	52.421,19	0,00	1.131,39	53.552,58	0,00	1.131,39
Particulares (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	5.066,57	0,00	187,65	5.254,22	0,00	187,65
TOTAL		329.128,49	0,00	90.264,37	351.838,75	0,00	71.423,21

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Sociais nos períodos de 2023 e 2024 foram de “13”. No período de 2024 mantiveram-se os Órgãos eleitos para o quadriénio 2021/2024, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – Manuel Fernando Barbosa de Sousa;

Vice-Presidente – António de Oliveira Tavares;

Secretário – Daniel da Costa Pinto.

Direção

Presidente – Carla Alexandra de Castro Moita Dias;

Vice-Presidente – Fernando António da Costa Marques;

Secretário – Ana Sofia Magalhães Moreira;

Tesoureiro – Alexandre José Moreira Mota;

Vogal – Manuel do Couto Pinto;

Vogal – Manuel de Oliveira Dias;

Vogal – Misael Manuel da Silva Barbosa.

Conselho Fiscal

Presidente – César Fernando Moreira Coutinho;

Vice-Presidente – António Moreira Duarte;

Relator – António de Oliveira Dias.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foram de “13” e em 31/12/2024 foram de “12”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações ao pessoal	164.493,46	177.292,74
Encargos sobre as Remunerações	33.664,41	36.365,83
Indemnizações	82,00	1.648,36
Seguros de Acidentes no Trabalho	3.736,93	2.967,10
Outros Gastos com o Pessoal	2.051,88	2.106,35
Total	204.028,68	220.380,38

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

No período de 2024 e 2023 a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2024	2023
Outros Investimentos Financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	1.846,94	1.846,94
Total	1.846,94	1.846,94

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Quotas	16.046,25	13.225,25
Total	16.046,25	13.225,25

12.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	66.052,41	104.847,80
Total	66.052,41	104.847,80

12.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Adiantamentos a fornecedores	91,64	5.904,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	6.312,11	2.758,30
Entidades do Setor Público Administrativo		
Município VN Gaia	0,00	12.500,00
Outros devedores	1.597,65	878,93
Total	8.001,40	22.041,23

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer		
Seguros	4.084,32	3.179,10
Outras despesas com custo diferido	872,87	0,00
Total	4.957,19	3.179,10
Rendimentos a Reconhecer		
ISS, IP - Dotação	0,00	989,23
Total	0,00	989,23

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	3.796,72	1.562,69
Depósitos à ordem	20.159,89	20.196,39
Depósitos a prazo	7.316,56	7.255,73
Total	31.273,17	29.014,81

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reservas	39.732,11	0,00	0,00	39.732,11
Resultados transitados	18.859,04	0,00	-31.697,16	-12.838,12
Outras variações nos fundos patrimoniais	351.838,75	0,00	-22.710,26	329.128,49
Total	410.429,90	0,00	-54.407,42	356.022,48

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	30.024,23	55.333,25
Total	30.024,23	55.333,25

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.313,57	1.955,53
Total	1.313,57	1.955,53
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	319,00	1.561,00
Segurança Social	7.032,49	8.024,63
Total	7.351,49	9.585,63

12.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamentos de clientes e utentes	0,00	68,44	0,00	0,00
Pessoal				
Outras operações	0,00	518,53	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	515,80
Credores por acréscimo de gastos	0,00	100.841,80	0,00	100.176,97
Total	0,00	101.428,77	0,00	100.692,77

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios das Entidades Públicas	7.635,42	1.250,00
Doações e heranças – Donativos	20.491,53	29.088,34
Total	28.126,95	30.338,34

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

Ver nota 3.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	333.734,18	306.429,18
Serviços especializados	36.435,42	34.507,16
Materiais	2.127,78	2.159,78
Energia e fluidos	42.346,81	34.502,96
Deslocações, estadas e transportes	105,00	253,25
Serviços diversos	11.728,86	11.362,49
Encargos com utentes	706,30	4.264,85
Total	427.184,35	393.479,67

12.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos suplementares	1.150,00	35,00
Outros	17.603,77	17.453,68
Total	18.753,77	17.488,68

12.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	550,00	550,00
Outros Gastos	361,79	880,43
Total	911,79	1.430,43

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	171,24	351,49
Total	171,24	351,49
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	60,83	38,04
Total	60,83	38,04
Resultados Financeiros	-110,41	-313,45

12.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2024, foi o seguinte:

Centro de Dia – 27 utentes;

Centro Convívio – 13 utentes.

12.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Canelas, 31 de dezembro de 2024

O Contabilista Certificado



A Direção

